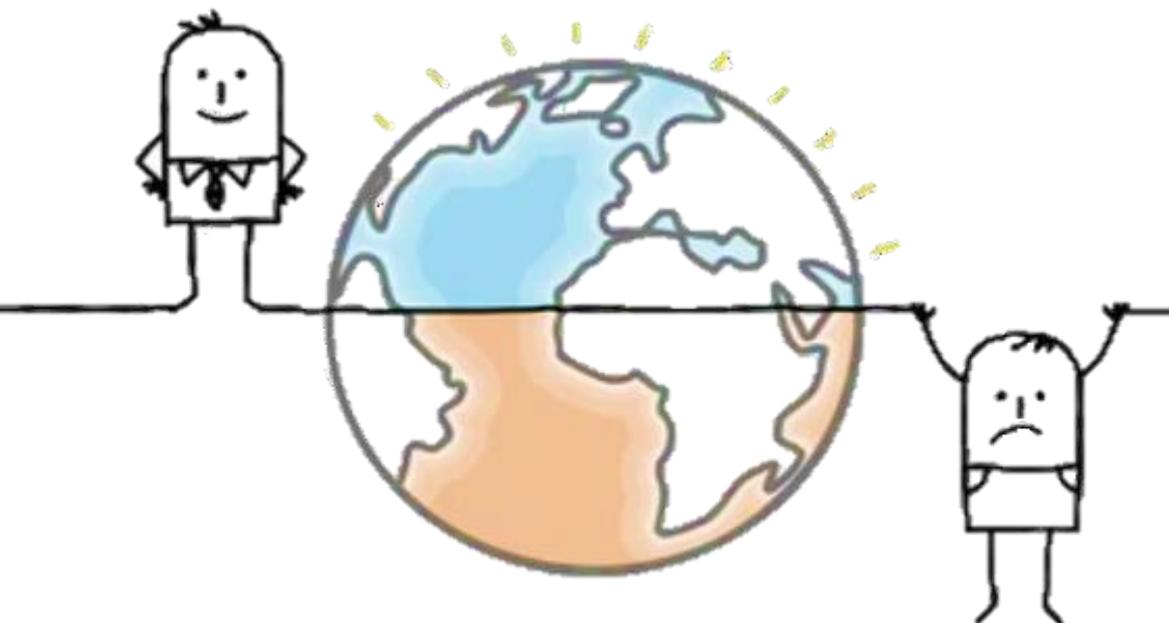


Um Mundo de Contrastes

Ano Letivo 2023/2024



[Escreva aqui]

“Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa
carência. Se cada um tomasse o que fosse necessário,
não havia pobreza no mundo e ninguém morreria de
fome”

Mahatma Gandhi

Índice

Conteúdo

Introdução.....	6
Conceitos.....	7
Emprego e exclusão social.....	8
Pobreza e emprego.....	9
Evolução do conceito de pobreza e o Índice de Pobreza Humana (IPH).....	10
Índice de Pobreza Humana (IPH).....	10
Evolução do conceito.....	11
O crescente fosso entre ricos e pobres.....	12
Aumento de bolsas de pobreza nos países desenvolvidos.....	16
Fratura económica e social.....	16
Exclusão social.....	17
Medidas de combate à pobreza exclusão social- Diminuição.....	18
do fosso entre ricos e pobres.....	18
Fome e má nutrição.....	20
A desigual produção e distribuição de alimentos no mundo.....	21
A subnutrição nos países do Sul e a má nutrição nos países do Norte.....	23
A segurança alimentar e os OGM (Organismo Geneticamente Modificado).....	27
Prós dos Organismo Geneticamente Modificado.....	27
Contras dos Organismo Geneticamente Modificado.....	27
Pobreza e saúde.....	29
As desigualdades no acesso à saúde.....	29
As medidas para melhorar o acesso à saúde.....	30
Conclusão.....	34

Anexos.....	35
Fosso entre ricos e pobres reduziu-se em 2018, segundo o Eurostat	35
Portugal permanece como um dos países mais desiguais nos rendimentos da União Europeia. Espanha e Grécia são ainda mais desiguais.	35
Fosso entre ricos e pobres está a aumentar, mas é menor na Europa.....	35
A este ritmo, o futuro não será melhor	37
Fome é causada pela má distribuição e não pela falta de alimentos	38
Em 2050, a população da Terra deverá chegar a 9 bilhões de pessoas. Já hoje não se consegue alimentar os atuais 6 bilhões. Especialistas alertam que será preciso encontrar novas conceções para lidar com o problema.....	38
Desenvolvimento era sinónimo de industrialização.....	39
Problema não é a quantidade	39
Menos desperdício.....	40
EUA: metade dos hospitalizados por covid eram obesos, segundo CDC	40
WebGrafia	42

Índice de figuras

Figura 1: TOP10: Países com maiores percentagens de pobreza extrema	8
Figura 2: Mapa 1- Riqueza detida pelos 10% mais rico, em % do total.....	13
Figura 3: Mapa 2- Países agrupados por grupos de rendimento- Europa	14
Figura 4: Mapa 3- Países agrupados por grupos de rendimento- África	14
Figura 5: Mapa 4- Esperança média de vida	15
Figura 6: Mapa 5- Taxa de escolaridade, 2013 (% do total nacional).....	16
Figura 7: Fome na África	21
Figura 8: Gráfico 2- Distribuição da variável da fome no mundo: número e proporção de pessoas subalimentadas por	24

Índice de tabelas

Tabela 1: Situação de Subnutrição no mundo, 1990-2030.....	24
--	----



Introdução

Este trabalho será realizado no âmbito da disciplina Geografia C do 12º ano, turma J, do curso de Ciências Socioeconómicas da Escola Secundária Camilo Castelo Branco, orientado pela professora Maria Augusta Santos.

O tema base deste trabalho assenta em “Um mundo de contrastes”, e desenvolver-se-á em concreto em torno do subtema/pergunta “Acesso desigual ao desenvolvimento?”. Na temática aqui desenvolvida centraremos a nossa atenção no estudo de três pontos base que darão origem a outros rumos de pesquisa: Emprego e exclusão social; Fome e má nutrição; e Pobreza e saúde.

Num ponto de vista mais concreto, focaremos também no alcance de alguns objetivos propostos por parte da professora, sendo eles:

- Reconhecer a existência de um crescente fosso entre ricos e pobres;
- Compreender a evolução do conceito de pobreza;
- Relacionar a exclusão social com a situação face ao emprego;
- Explicar situações de má nutrição da população a nível mundial;
- Relacionar a situação de risco para a saúde pública com a pobreza;
- Debater medidas que contribuam para diminuir o fosso entre ricos e pobres;
- Refletir sobre o papel da comunidade internacional no atenuar da pobreza.

Assim sendo, através de várias fontes de pesquisa, análise de gráficos, tabelas e partindo de uma base de conhecimento já adquirido em anos anteriores nas disciplinas de Geografia A e Economia A e ainda algum conhecimento geral e espírito crítico, propomo-nos a responder a algumas perguntas no fim deste trabalho, nomeadamente, perguntas como: O que causou a acentuação do dito “fosso entre ricos e pobres”? Como podemos combater o crescimento desse fosso? Em que medidas o conceito de pobreza evoluiu e o quais as suas consequências no quotidiano das nossas vidas enquanto aldeia global? Qual a ligação entre pobreza, o emprego e a exclusão social? Em que se baseia a situação de má nutrição a nível mundial e qual a sua gravidade? Qual a encadeação entre o risco de saúde pública e a pobreza? Qual o papel da comunidade na atenuação da pobreza aos vários níveis (regional, nacional e mundial)?

Conceitos

Emprego- Relação contratual entre duas partes, um empregador e um empregado. O empregado contribui com o seu trabalho e conhecimento a favor do empregador em troca de uma compensação monetária.

Exclusão social- Processo caracterizado pelo afastamento de pessoas de todas as instâncias da vida social.

Pobreza- Falta de recursos económicos por parte de um indivíduo ou de uma família, quase sempre envolvendo uma carência real, ou seja, uma carência de bens e serviços essenciais como é o caso da alimentação e do vestuário.

Segurança Alimentar- Possibilidade de os indivíduos acederem a alimentos de qualidade, em quantidades suficientes e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais ou o sistema alimentar futuro. A segurança alimentar deve ser garantida em base sustentáveis, respeitando as características culturais.

Subnutrição- Situação gerada pela alimentação deficiente ou falta de alimentação, ou seja, a ingestão de uma quantidade de alimentos e proteínas inferior à necessária para o bom funcionamento no organismo humano. Podendo ser acompanhada de diversas consequências para a saúde do indivíduo e, em casos extremos, pode conduzir à morte.

Sobrenutrição- Situação gerada pela alimentação deficiente ou excesso de alimentação, ou seja, a ingestão de uma quantidade de alimentos e proteínas bastante superior à necessária para o bom funcionamento no organismo humano. Podendo ser acompanhada de diversas consequências para a saúde do indivíduo e, em casos extremos, pode conduzir à morte.

Organismos Geneticamente Modificados (OGM)- Organismos que foram sujeitos a uma alteração artificial do seu património genético. Os OGM são também conhecidos por transgénicos.

Empresa Transnacional (ETN)- Toda e qualquer entidade que tenha por vocação produzir ou comercializar bens ou serviços, e que prossegue esse objetivo através da instalação de diversos estabelecimentos no território de vários estados, por entre os quais reparte os recursos disponíveis de forma a que possam executar atividades concertadas à escala global.

Emprego e exclusão social

Os conceitos de emprego e de exclusão social estão diretamente relacionados, mas, no entanto, independentes, não se implicam nem excluem. Ou seja, apesar desta relação, uma pessoa desempregada não está obrigatoriamente destinada a ser excluída socialmente, assim como uma pessoa empregada não está livre de submeter-se a uma exclusão social e até mesmo à pobreza. A partir daqui, surge outro conceito, o de pobreza, que também se relaciona com os dois que foram referidos anteriormente, em perspetivas semelhantes: apesar de se interligarem, não se excluem ou implicam.

A pobreza, apesar de se tratar de um conceito global, não é de todo simétrico, isto é, a sua distribuição é desigual em torno do globo e até dentro do mesmo continente e país, vejamos o exemplo apresentado no *Gráfico 1 - TOP10: Países com maiores percentagens de pobreza extrema*. Os países com maior percentagem de população em situação de pobreza extrema são países populosos e em desenvolvimento ou países menos desenvolvidos. Um fator comum à maioria dos países assinalados do gráfico é o facto de serem recorrentes alvos de catástrofes naturais e/ou conflitos.

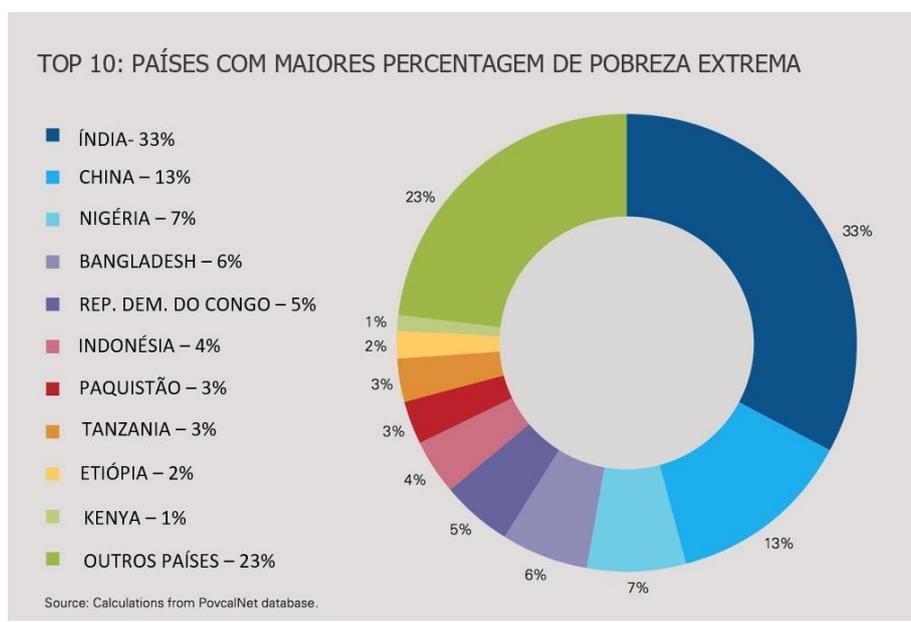


Figura 1. TOP 10. Países com maiores percentagens de pobreza extrema

Pobreza e emprego

Podemos verificar que uma pessoa desempregada, e tal como foi referido antes, não está submetida a uma situação de pobreza pois este desemprego não implica a exclusão de outros rendimentos e outro fator a contabilizar passa pela duração da situação de emprego do indivíduo. Por outro lado, uma pessoa empregada, mas com um rendimento baixo e despesas elevadas, como é o caso de um indivíduo de rendimento mínimo e família numerosa, está vulnerável a uma possível pobreza e até exclusão social, isto porque, o salário que recebem pode não ser suficiente para viverem tranquilamente.

Vejamos o caso concreto de Portugal, segundo a notícia do jornal Observador do dia 12 de abril de 2021, “Um quinto da população portuguesa é pobre. Um em cada três pobres tem emprego estável”, a notícia refere ainda que ““apenas” 13% dos pobres em Portugal não têm emprego — a maioria trabalha e um em cada três ganha pelo menos o salário mínimo. Divórcio, desemprego e doença são fatores de pobreza”.

No final do ano de 2013, registou-se um desemprego equivalente a um terço da população ativa mundial, ou seja, cerca de 200 milhões de pessoas, aptas para trabalhar, encontravam-se no desemprego ou em situação de subemprego, isto é, as pessoas estavam empregadas, mas o salário que recebiam era substancialmente baixo, não tinham garantias de continuidade e na maior parte das vezes o emprego era bastante precário. Então, esta situação de subemprego representava 49% do emprego total a nível mundial.

O emprego desempenha um papel crucial na luta contra a exclusão social, pois não apenas fornece meios de subsistência, mas também é uma fonte de dignidade, identidade e integração na sociedade. No entanto, a falta de oportunidades de emprego ou a precariedade no mercado de trabalho podem contribuir significativamente para a exclusão social de determinados grupos e comunidades. Este texto aborda a relação entre emprego e exclusão social, destacando desafios e possíveis soluções.

A exclusão social está intrinsecamente ligada ao acesso desigual ao emprego. Em muitas sociedades, grupos marginalizados, como pessoas com deficiência, minorias étnicas, migrantes, ex-presidiários e jovens em situação de vulnerabilidade, enfrentam barreiras significativas para ingressar ou manter empregos decentes. Discriminação, estigma social, falta de qualificação adequada e falta de redes de apoio são apenas algumas das muitas formas de exclusão que esses grupos enfrentam no mercado de trabalho.

A falta de emprego ou empregos inadequados também pode perpetuar ciclos de pobreza e exclusão social. Aqueles que estão desempregados ou subempregados frequentemente enfrentam dificuldades financeiras, insegurança habitacional e limitações no acesso a serviços básicos, como saúde e educação. Isso pode levar a um sentimento de desesperança e isolamento social, contribuindo para uma série de problemas de saúde mental e emocional.

Para combater a exclusão social relacionada ao emprego, são necessárias políticas e programas abrangentes que promovam a inclusão e a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. Isso inclui:

Acesso igualitário à educação e formação profissional: Investimentos em educação e treinamento de qualidade são essenciais para capacitar indivíduos com as habilidades necessárias para competir no mercado de trabalho e garantir que ninguém seja deixado para trás devido à falta de qualificação.

Promoção da diversidade e igualdade no local de trabalho: Empregadores devem ser incentivados a adotar práticas de contratação inclusivas e a criar ambientes de trabalho que respeitem e valorizem a diversidade de seus funcionários.

Desenvolvimento de programas de emprego e empreendedorismo para grupos marginalizados: Iniciativas governamentais e comunitárias podem oferecer apoio específico, como mentoria, subsídios e assistência técnica, para ajudar grupos vulneráveis a iniciar seus próprios negócios ou integrar-se ao mercado de trabalho de maneira significativa.

Proteção social e segurança no trabalho: Garantir salários justos, condições de trabalho seguras e proteção social adequada para todos os trabalhadores é fundamental para prevenir a exploração e a exclusão no local de trabalho.

Integração de políticas de emprego com outras políticas sociais: Abordagens integradas que combinam políticas de emprego com habitação, saúde, assistência social e outras políticas sociais podem ajudar a abordar as múltiplas dimensões da exclusão social de forma mais eficaz.

Em última análise, o emprego digno e inclusivo não é apenas uma questão econômica, mas também uma questão de justiça social e direitos humanos. Ao promover oportunidades de emprego equitativas e acessíveis para todos, podemos trabalhar em direção a uma sociedade mais justa, coesa e inclusiva.

Evolução do conceito de pobreza e o Índice de Pobreza Humana (IPH)

O conceito de pobreza enquadra-se em aspetos sociais, históricos e culturais. As avaliações feitas deste conceito são importantes para entender em que aspetos e medidas podem ser desenvolvidas. À medida que o tempo foi passando este termo abrangeu uma maior complexidade sendo implementados novas noções para esta definição. São utilizados vários pontos para indicar a definição de pobreza, como o nível baixo de renda, o subdesenvolvimento humano, a exclusão social, a vulnerabilidade da população, a falta de recursos, as necessidades básicas não atingidas, entre outros.

Dentro do conceito de pobreza é possível analisar dois tipos de pobreza, a que é estrutural e a que é conjuntural. A primeira é referente, aquela população que nasceu numa família pobre será, tendencialmente, sempre pobre, salvo exceções. Já a pobreza estrutural refere-se aqueles que mesmo nascendo numa família com rendimentos e valores estáveis, estes quando seguem as suas vidas individuais tornam-se pobres. Assim foi possível partindo de todos estes fatores apresentados ir em busca do conceito de pobreza que vai muito para além dos fatores económicos.

Índice de Pobreza Humana (IPH)

Em 1997 foi criado pela ONU o IPH, isto é, o Índice de Pobreza Humana, com o objetivo de entender o nível em que se encontra a pobreza humana, facilitando posteriormente a tomada de decisões e aplicações de medidas no combate à pobreza, seja a nível nacional ou internacional.

O IPH é calculado através de alguns conceitos como a quantidade de pessoas que têm acesso a água potável, acesso a boas condições de saúde e até a quantidade de crianças subnutridas, ou seja, as condições de vida da população. Interligado com a questão de qualidade de vida, estes cálculos são feitos também com base na percentagem de pessoas que morrem antes dos 40 anos, ou seja, a longevidade. Por último é avaliado o conhecimento da população procurando saber a percentagem de analfabetismo em adultos nas diferentes regiões.

Estas análises não são sempre utilizadas da mesma forma. As utilizações destas bases de cálculo são aplicadas conforme as regiões, ou seja, estes dependem do tipo de IPH utilizado.

É necessário referir que existem tipos diferentes do IPH, o IPH-1 e o IPH-2, em que o primeiro é utilizado em relação a países menos desenvolvidos e o segundo é utilizado em relação a países mais desenvolvidos. Por exemplo, uma das diferenças que podem ser destacadas entre estes dois índices, é o facto de que no IPH-1 uma base para ser feito este cálculo é a probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos, sendo que o IPH-2 é usado em países mais desenvolvidos, logo com maior esperança média de vida, existe uma base de cálculo semelhante, porém o que é registado é a probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos. Outro fator importante é o valor do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) varia entre 0 e 1, sendo que o número 1 é considerado a situação mais favorável, um valor que todos os países desejam alcançar. Em 2019 Portugal encontrava-se num valor de 0,864 sendo este considerado um valor elevado.

Neste mesmo ano podemos verificar por exemplo o contraste entre o Sudão do Sul com um IDH de 0,433, um dos valores mais baixos do IDH, e a Noruega com um IDH de 0,957, o valor mais alto de todas as regiões em 2019.

Estes valores apresentados têm extrema importância para a comparação das várias regiões e decidir em que lugares é necessário agir e tomar medidas para que o IDH suba fazendo com que a população tenha uma melhoria na sua qualidade de vida. Para que isto aconteça é necessário que haja um reforço da equidade, uma aposta da inovação e até uma maior proteção do meio ambiente para que estes vivam num meio mais “respirável” e dignos de uma vida estável.

Evolução do conceito

Na **década de sessenta**, o fator com mais relevância no qual era avaliado a pobreza era o nível de renda, ou seja, as maiores preocupações advinham de causas económicas e eram analisados através de indicadores como o Produto Nacional Bruto per capita. Um dos fatores para este termo se expandir de forma relevante, foi a ampliação do conceito de pobreza/renda para um conjunto de necessidades básicas, incluindo as sociais. Assim foi desenvolvido um trabalho, elaborado pela organização International Labour Organization, no qual a definição de pobreza era muito mais de que uma questão de falta de rendas, era uma questão de falta do acesso à educação e à saúde, principalmente.

Nos **anos oitenta** a complexidade do conceito aumentou ainda mais. Surgiram assim novas inovações como a avaliação de aspetos não monetários e o crescimento do interesse na questão da vulnerabilidade e as suas possíveis consequências acidentais, como é o caso das secas. Foi cada vez mais entendido que esta evolução deveria incluir conceitos de segurança, liberdade, habitação e cultura.

Assim, a **década de noventa** continuou a ampliar o conceito de pobreza, na qual a ONU investiu no conceito que envolve oportunidade, escolha, liberdade, dignidade, autoestima e respeito do próximo. É necessário que a população tenha acesso a direitos assegurados, a sistemas democráticos e legais, acesso a mercados e a previdência social.

De acordo com a evolução, são aplicadas novas medidas pelas autoridades para que haja ajustes em âmbito do desenvolvimento de programas sociais. Para começar este processo é necessário implementar padrões mínimos de necessidades básicas. Estes limites são estabelecidos de acordo com três tipos de medidas, estas definem-se como absolutas, relativas e subjetivas. Na **medida absoluta** a linha de pobreza é desenvolvida com base nas necessidades básicas e quais os recursos que são necessários para as resolverem. As

medidas absolutas conseguem avaliar quais os rendimentos necessários para uma família viver de forma estável na sociedade. Esta também tem a vantagem de permitir o reajuste do valor mínimo necessário conforme for necessário. No que diz respeito à **medida relativa**, esta baseia-se na questão da privação económica relativa, isto é, quem não tem rendimentos suficientes para a renda em relação a uma determinada sociedade é considerado pobre. Esta medida normalmente utilizada por uma grande parte dos países europeus para definir a linha da pobreza. Por último, na **medida subjetiva** pretende-se fazer uma conjugação das medidas absolutas e relativas, no que é analisado e questionado aos indivíduos quais são realmente as suas necessidades de consumo e previdência social. Esta estratégia é feita com um objetivo de retirar elementos psicológicos e expectativas sociais, além do bem-estar económico.

É óbvio que todas estas medidas diferem em várias regiões, culturas e padrões de consumo. Quando associada aos imigrantes, a pobreza está ligada a aspetos étnicos, raciais e religiosos.

O crescente fosso entre ricos e pobres

Anda de boca em boca por parte do povo “os pobres estão cada vez mais pobres, e os ricos estão cada vez ricos”, mas será que é realmente assim? Em 2018, em Portugal, segundo o Eurostat, o fosso entre ricos e pobres diminuiu, como podemos verificar na notícia do *Anexo 1- Fosso entre ricos e pobres reduziu-se em 2018, segundo o Eurostat- Expresso*.

No entanto, Portugal permanece como um dos países com mais contrastes no que diz respeito à distribuição de rendimentos, na União Europeia.

O fosso entre ricos e pobres, em Portugal, diminuiu, em 2018, para 5,22 pontos, considerando que foi registado um valor de 5,7 no ano anterior. Apesar desta diminuição a desigualdade, Portugal continua a ser o sexto país mais desigual da União Europeia, no que diz respeito à distribuição dos rendimentos.

Nesse ano, apenas a Bulgária, Roménia, Letónia, Espanha e Grécia apresentavam desigualdades maiores que Portugal, com valores de respetivamente de 7,66 pontos, 7,2 pontos, 6,8 pontos, 6,03 pontos e 5,5 pontos.

No polo oposto, a República Checa, Eslovénia, Finlândia, Eslováquia e Bélgica são os países com maior equilíbrio na distribuição com cotações de 3,4 para os dois primeiros países, 3,5 para os dois países que se seguem e 3,8 para a Bélgica.

Segundo dados fornecido pelo “World Inequality Report: 2018” - Relatório de Desigualdade Mundial: 2018 e o parecer do Jornal Público numa notícia divulgada no dia 15 de dezembro de 2017 - *Anexo 2- Fosso entre ricos e pobres está a aumentar, mas é menor na Europa- Público* - a Europa, apesar dos, ainda, grandes desequilíbrios na distribuição dos rendimentos é a região do globo que apresenta menos contrastes entre ricos e pobres, sendo que os 10% mais ricos contêm apenas 37,1% da riqueza total da região, apesar de ser um valor ainda elevado é substancialmente baixo comparado com os 60,9% da riqueza detida pelos 10% mais ricos da população do Médio Oriente.

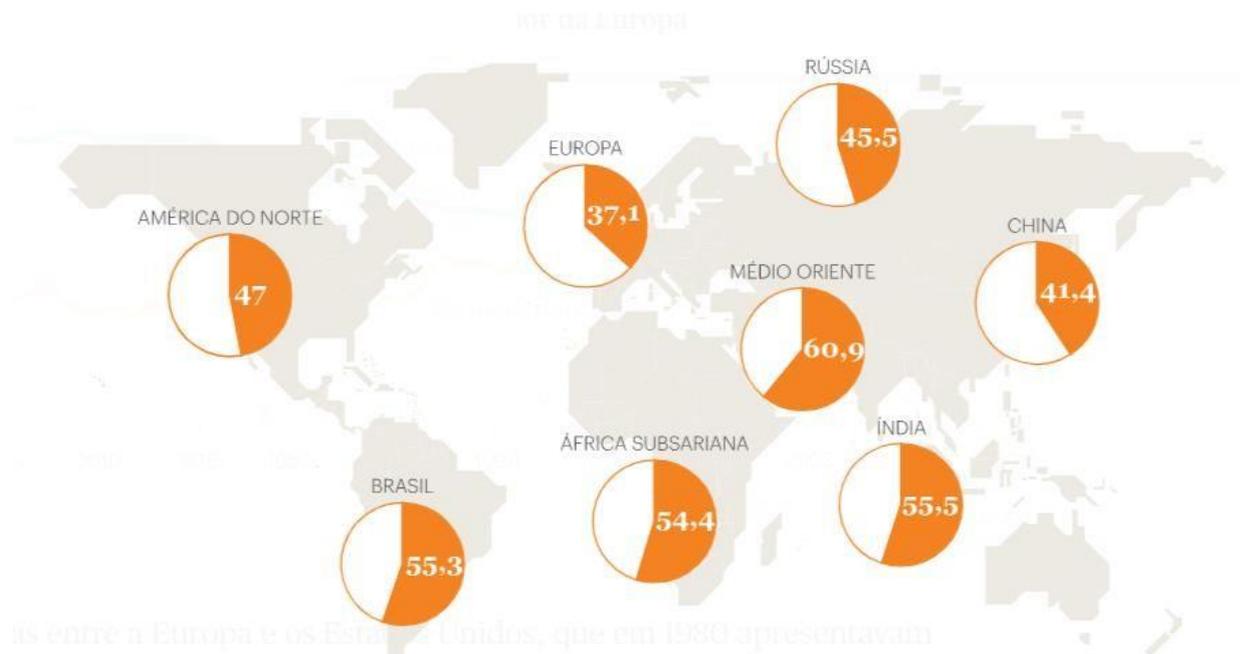


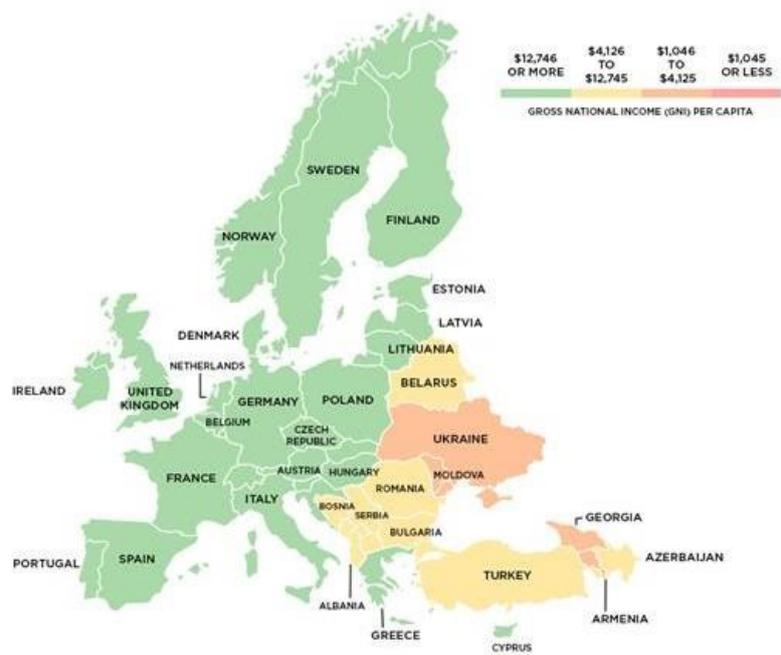
Figura 2: Mapa 1- Riqueza detida pelos 10% mais rico, em % do total

Devido à expansão e globalização da economia, da tecnologia, da difusão de culturas ou até mesmo da governação mundial, as condições melhoraram no que diz respeito ao comércio. Esta melhoria levou, por outro lado, ao aprofundamento das desigualdades entre as pessoas. Desigualdade essas que podemos verificar através:

- Das crescentes assimetrias na distribuição dos recursos;
- Da má distribuição e aproveitamento dos rendimentos;
- Da lógica do mercado capitalista, dito por uma outra palavra, o consumo;
- Da falta de investimento nas áreas culturais, sociais, de saúde e educação;
- Do crescente aumento da corrupção.

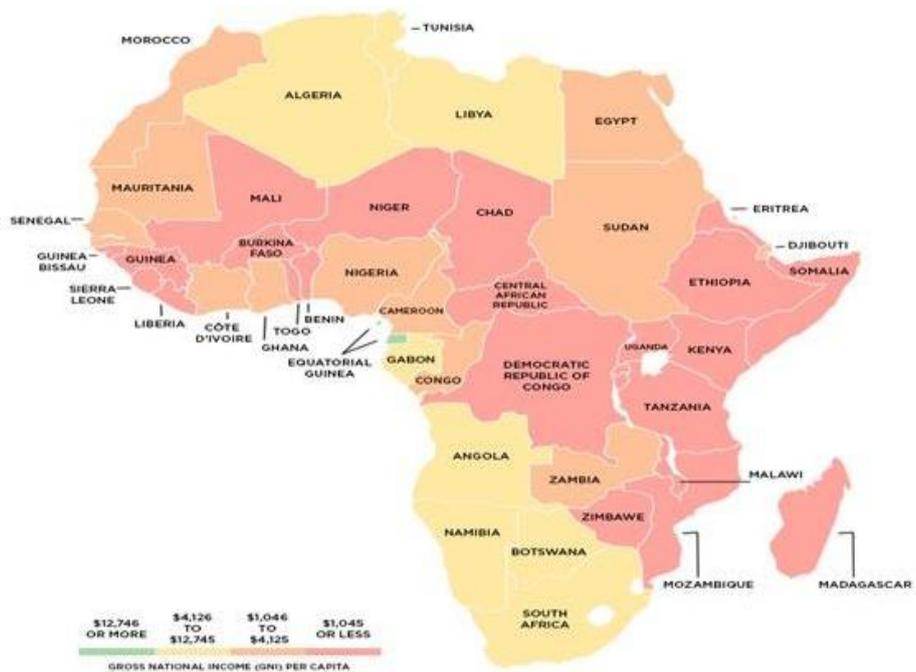
Em termos económicos vai ser feita uma comparação do PNB per capita (Produto Nacional Bruto por habitante) dos países ricos e dos países pobres. Desta forma podemos agrupar os países em quatro níveis de rendimento:

- Baixo rendimento: 1.045 dólares ou menos;
- Rendimento médio-baixo: de 1,046 dólares a 4,125 dólares;
- Rendimento médio-alto: de 4,126 a 12,745;
- Alto rendimento: 12,746 dólares ou mais.



Source: <http://howmuch.net/articles/maps-divide-the-world-into-four-income-groups>

Figura 3: Mapa 2- Países agrupados por grupos de rendimiento- Europa



Source: <http://howmuch.net/articles/maps-divide-the-world-into-four-income-groups>

Figura 4: Mapa 3- Países agrupados por grupos de rendimiento- África

Nos mapas 2 e 3 que fazem referência à agrupação dos países com base no seu rendimento nos continentes europeu e africano, respetivamente, é possível verificar um contraste acentuado entre os dois continentes. No continente europeu, conhecido como um dos continentes mais desenvolvidos, salta à vista a cor verde indicadora do alto rendimento médio dos países. No continente africano as cores contrastam sobressaindo a cor avermelhada indicadora do baixo rendimento médio dos países.

A saúde, para além de ser um indicador muito importante no que toca ao desenvolvimento de um país, serve também de ponto de comparação para o grande contraste existente entre os países ricos e pobres, assim, analisa-se fatores como a esperança média de vida.



Figura 5: Mapa 4-Esperança média de vida

Os países com maior esperança média de vida são os dos continentes Americano, Asiático e Europeu, onde os valores oscilam entre os 85,9 e os 83,8 anos de idade. Já os países com menor esperança média de vida são a Serra Leoa, República Centro-Africana, República Democrática do Congo e a Somália, com idades compreendidas entre os 38 e os 50 anos de idade. E qual é o fator que une estes países? Se compararmos com os mapas 2 e 3 verificamos que os países com menor esperança média de vida são também aqueles com menor rendimento.

Uma outra forma de analisar o fosso entre os pobres e os ricos é através do ensino, mais especificamente sobre a taxa de alfabetização de adultos e a taxa de escolaridade, neste gráfico podemos fazer uma comparação entre os países mais ricos e os mais pobres.

A partir do *Mapa 5- Taxa de escolaridade, 2013 (% do total nacional)*, em conjunto com outras informações complementares é nos possível verificar que o país com maior índice de educação é a Austrália com 0,927 (sendo que 1 é o nível mais alto) e o país com menor nível educacional é o Níger com 0,198. Novamente, outro grande contraste que é possível verificar nesses países é o seu nível de rendimento, sendo que o primeiro é considerado um país de elevado rendimento e o segundo, um país de baixo rendimento.

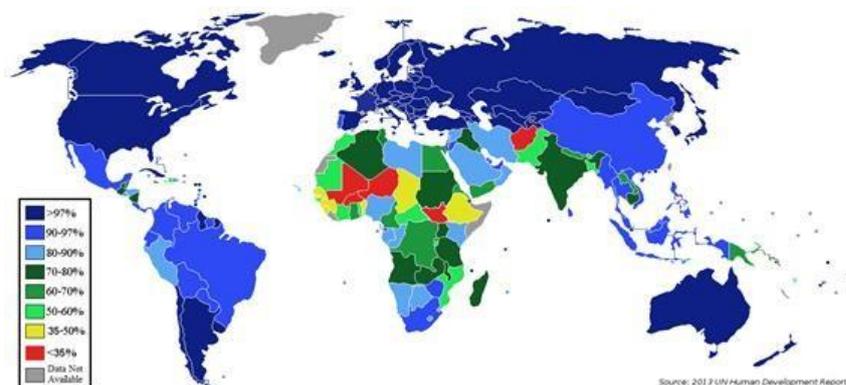


Figura 6: Mapa 5- Taxa de escolaridade, 2013 (% do total nacional)

Aumento de bolsas de pobreza nos países desenvolvidos

Nos países desenvolvidos o cenário de desigualdade também é visível, isto devido a mudanças profundas nos mercados de trabalho a partir da globalização, mudanças tecnológicas e reformas regulatórias, estes pontos têm impacto sobre a renda das famílias.

Os países que pertencem à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), as desigualdades são mais evidentes no Chile, México, Turquia, Estados Unidos e Israel. EUA e Israel são dois países ricos que apresentam o maior número de desigualdades. Nos EUA, os 10% mais ricos ganham 16.5 vezes mais do que os 10% mais pobres. Já em Israel os ganhos dos 10% mais ricos são equivalentes a 15 vezes os dos mais pobres. No outro lado temos a Dinamarca, Eslovénia, Eslováquia e Noruega como os países que apresentam menores desigualdades entre a população mais rica e a população mais pobre.

Fratura económica e social

A divisão socioeconómica e política entre os países do Norte e países do Sul é utilizada para atualizar a teoria dos mundos, isto é, a separação do mundo em países desenvolvidos e/ou ricos, que são referentes aos países do Norte, dos países do Sul, grupo de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento e/ou pobres, divididos no mapa através de uma linha imaginária.

A riqueza, o rendimento, os recursos e o consumo concentram-se nas sociedades desenvolvidas, enquanto os países subdesenvolvidos debatem-se com a pobreza, a fome, as doenças, as condições precárias, o baixo nível de escolaridade e a dívida externa. Como consequência, cerca de 50% do PIB global é produzido por apenas 15% da população mundial, a maioria dela concentrada nos países da Tríade (Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão) e os restantes 85% da população produzem apenas 14% do PIB global. A fratura económica e social é um fenómeno que descreve a divisão ou separação entre diferentes grupos socioeconômicos dentro de uma sociedade. Essa divisão pode ocorrer em várias dimensões, incluindo renda, educação, acesso a oportunidades de emprego, acesso a serviços básicos, como saúde e educação, e participação na tomada de decisões políticas.

Essa fratura muitas vezes resulta em desigualdades significativas e persistentes, onde certos grupos têm acesso privilegiado a recursos e oportunidades, enquanto outros enfrentam barreiras significativas para melhorar suas condições de vida. Por exemplo,

pessoas de baixa renda podem enfrentar dificuldades para acessar educação de qualidade, empregos bem remunerados ou serviços de saúde adequados, enquanto as camadas mais privilegiadas da sociedade desfrutam de acesso fácil a esses recursos.

A fratura econômica e social pode levar a uma série de consequências negativas para a sociedade como um todo. Isso inclui o aumento da polarização e da tensão social, o enfraquecimento do tecido social e a diminuição da coesão e solidariedade entre os membros da comunidade. Além disso, as desigualdades econômicas e sociais podem minar a estabilidade política e econômica de um país e criar um ciclo de pobreza e exclusão que é difícil de quebrar.

Para abordar a fratura econômica e social, são necessárias medidas abrangentes que visem reduzir as desigualdades e promover a inclusão e a equidade. Isso inclui políticas que buscam redistribuir recursos de forma mais justa, como programas de assistência social, reformas fiscais progressivas e investimentos em serviços públicos, como educação e saúde. Além disso, é importante promover oportunidades de emprego e desenvolvimento econômico em áreas marginalizadas e garantir que todos os membros da sociedade tenham acesso igualitário a serviços e oportunidades fundamentais.

Além das políticas governamentais, também é importante que a sociedade civil, as empresas e as instituições comunitárias desempenhem um papel ativo na promoção da justiça social e na redução das desigualdades. Isso pode incluir a promoção da diversidade e inclusão no local de trabalho, o apoio a iniciativas comunitárias e a defesa de políticas que promovam a igualdade de oportunidades para todos.

Em última análise, a superação da fratura econômica e social requer um compromisso coletivo com a justiça social e a equidade, bem como ações concretas para enfrentar as desigualdades sistêmicas que perpetuam a divisão e exclusão dentro da sociedade.

Exclusão social

A exclusão social é um fenômeno complexo e multifacetado que afeta indivíduos e grupos em diferentes níveis e contextos. Refere-se à marginalização sistemática de certos segmentos da sociedade, privando-os do acesso aos recursos, oportunidades e direitos básicos disponíveis para a maioria. Esta exclusão pode manifestar-se em várias formas, incluindo a pobreza, o desemprego, a discriminação racial, de gênero ou de orientação sexual, a falta de acesso à educação e saúde, entre outras.

Uma das principais causas da exclusão social é a desigualdade estrutural, que cria barreiras persistentes para o desenvolvimento e progresso de certos grupos sociais. Estas desigualdades podem ser amplificadas por políticas governamentais discriminatórias, preconceitos arraigados na sociedade, e sistemas econômicos que beneficiam apenas uma minoria privilegiada.

A exclusão social tem consequências profundas e duradouras para aqueles que são afetados por ela. Além do impacto material, como a falta de acesso a moradia adequada, alimentação e saúde, a exclusão social também pode levar a problemas psicossociais, como baixa autoestima, isolamento social, ansiedade e depressão.

Combater a exclusão social requer uma abordagem abrangente e colaborativa que envolva não apenas políticas públicas eficazes, mas também uma mudança cultural e uma conscientização generalizada sobre as injustiças sociais. Isso pode incluir a implementação de programas de assistência social, políticas de inclusão no mercado de

trabalho, medidas afirmativas para grupos marginalizados, educação para a igualdade e o respeito à diversidade, e o fortalecimento da participação cívica e comunitária.

É fundamental reconhecer que a exclusão social não é inevitável e que todos têm um papel a desempenhar na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao enfrentarmos as causas subjacentes da exclusão social e promovermos a igualdade de oportunidades para todos, podemos criar um futuro onde cada indivíduo tenha a chance de realizar seu potencial e contribuir plenamente para a comunidade. A exclusão social deve-se, não exclusivamente às precárias condições de vida do indivíduo, à relação entre as despesas e os rendimentos do indivíduo e ao facto de este estar, ou não, empregado, mas deve-se também a fatores como a qualificação do trabalhador, entre outros.

Tem-se verificado um crescimento significativo da inovação por parte das empresas, muito devido ao avanço tecnológico. Complementar este avanço tecnológico é necessário um maior nível de qualificação e formação dos profissionais. Para o avanço e competitividade das empresas é necessária uma inovação tecnológica associada a um capital técnico qualificado, o que conduz a uma exclusão dos trabalhadores menos instruídos por parte da própria entidade empregadora. Em alternativa a esta exclusão cabe à entidade empregadora investir na formação dos seus profissionais, providenciando oportunidades iguais a todos sem abdicar da qualidade e competitividade da empresa.

Na perspetiva de exclusão social existem ainda os denominados de “Grupos à margem”, como é o caso dos toxicodependentes e sem-abrigo. Segundo dados fornecidos pelo Observatório do Instituto da Droga e Toxicodependência, relativamente à situação perante o trabalho, 52,3% da população amostra para a realização do estudo – correspondente a 359 homens e 1262 mulheres, com idades compreendidas entre os 25 e os 39 anos encontravam-se desempregados.

Já um estudo realizado pelo ISS- Instituto de Segurança Social, em 2005, revelou que 73% dos indivíduos em situação de sem-abrigo estavam também numa situação de desemprego de longa duração, ou seja, estavam desempregados à, pelo menos, um ano. Em informações adicionais, da população em estudo, 75% não estavam inscritos nos centros de emprego, 85% não recebiam subsídio de desemprego e 72% não requereram o Rendimento Social de Inserção (IRS). Acrescenta-se a estas fatores o baixo nível de escolaridade, o que vem a reforçar as afirmações anteriores referentes à relação entre a formação e a exclusão social.

Medidas de combate à pobreza exclusão social– Diminuição do fosso entre ricos e pobres

Em adição às medidas adotadas pelas organizações internacionais, como o Banco Mundial, a Organização Internacional de Trabalho (OIT) e as organizações não-governamentais, no sentido de promover uma oportunidade para os trabalhadores para que estes possam encontrar um trabalho digno que lhes permita sobreviver; o grupo propõe medidas adicionais que passam por:

- Atribuir pequenos empréstimos para estimular o autoemprego, ou seja, atribuir crédito a um indivíduo cuja ocupação profissional não está dependente de um empregador, sendo ele o próprio detentor dos meios de produção necessários ao desenvolvimento da sua atividade económica, estes pequenos empréstimos também irão contribuir para o desenvolvimento a nível local.

- Criação de melhores condições nos países menos desenvolvidos de modo a fixar os trabalhadores mais instruídos e qualificados e até mesmo os jovens que estão no início da sua carreira profissional, com o objetivo de promover o desenvolvimento da sua região.
- Promover a educação e a formação para a população de um certo local através de programas de apoio, tanto a nível técnico como financeiro, aos países mais carenciados, permitindo desenvolver planos de educação a nível nacional.
- Aplicação de impostos e taxas progressivas em função da riqueza do indivíduo

Podemos concluir que, a estabilidade macroeconómica e um sólido programa de políticas orientadas para o desenvolvimento, incluindo um sistema robusto e eficaz, são elementos chave para enfrentar com sucesso as desigualdades. Políticas fiscais bem projetadas podem ajudar a suavizar o ciclo de negócios, fornecer bens públicos, corrigir falhas de mercado e influenciar diretamente a distribuição do rendimento. A ampliação do acesso à educação de qualidade é também crucial, aliada a políticas de emprego, como o aumento do salário mínimo e o aumento da proteção social.

A prioridade no desenvolvimento de infraestruturas rurais, por meio de investimentos públicos em transportes, na agricultura e na energia, pode também apoiar o alívio da pobreza e diminuir as desigualdades dentro dos países.

Fome e má nutrição

O mundo atual mostra inúmeros contraste entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Um dos grandes contrastes existentes e bastante preocupante é a fome e a má nutrição.

Em pleno século XXI, a fome ainda é um dos maiores problemas no mundo, e aquele que tira milhares de vidas por dia, um pouco por todo o mundo, mas numa visão mais específica, nos países menos desenvolvidos, onde a morte devido à fome é um fenômeno que ocorre em maior escala. E as assimetrias Norte/Sul neste contraste são extraordinariamente grandes.

O problema da fome é a situação em que a alimentação de uma pessoa não é suficiente para o gasto energético das atividades diárias ou até mesmo a situação em que se verifica uma impossibilidade de acesso aos alimentos.

Em relação com a fome, verifica-se a má nutrição que se caracteriza pela ingestão inadequada ou a carência de nutrientes, que provoca doenças no organismo, e nos casos mais graves, a morte.

O chefe das Nações Unidas para a Alimentação (FAO), Jacques Diouf, disse que a fome e a desnutrição constituem uma violação aos direitos humanos, e os Estados têm obrigação de garantir que ninguém morra de fome, no entanto, por vezes palavras não são suficientes e milhares de pessoas continuam diariamente a debater-se com problemas relacionados com a fome e desnutrição.

A fome e a má nutrição são dois problemas inter-relacionados que afetam milhões de pessoas em todo o mundo, independentemente de sua localização geográfica. A fome é a condição extrema de privação de alimentos, onde as pessoas não têm acesso suficiente a alimentos nutritivos para satisfazer suas necessidades básicas diárias. Por outro lado, a má nutrição refere-se à ingestão inadequada de nutrientes essenciais, resultando em deficiências ou excessos prejudiciais à saúde.

A fome é frequentemente causada por uma combinação de fatores, incluindo pobreza extrema, desigualdade social, conflitos armados, desastres naturais, falta de acesso a recursos agrícolas e infraestrutura precária. Por outro lado, a má nutrição pode ser resultado de uma dieta desequilibrada, com baixo consumo de alimentos ricos em nutrientes essenciais como vitaminas, minerais, proteínas e fibras, ou excesso de consumo de alimentos processados, ricos em gorduras saturadas, açúcares e sal.

Ambos os problemas têm consequências devastadoras para a saúde humana, incluindo aumento da mortalidade, comprometimento do desenvolvimento físico e cognitivo, maior suscetibilidade a doenças infecciosas e crônicas, e redução da qualidade de vida.

Para abordar esses problemas complexos, são necessárias abordagens integradas e coordenadas em níveis local, nacional e global. Isso inclui medidas como o fortalecimento da segurança alimentar por meio de investimentos em agricultura sustentável, distribuição equitativa de recursos, promoção de sistemas alimentares resilientes e acesso universal a alimentos nutritivos.

Além disso, políticas de saúde pública e educação nutricional são essenciais para combater a má nutrição, promovendo hábitos alimentares saudáveis, incentivando a

produção e o consumo de alimentos frescos e minimamente processados, e regulando a publicidade de alimentos prejudiciais, especialmente para crianças.

É crucial reconhecer que a erradicação da fome e da má nutrição requer um compromisso global, envolvendo governos, organizações internacionais, setor privado, sociedade civil e comunidades locais. Ações coordenadas e sustentadas são essenciais para garantir que todas as pessoas tenham acesso a alimentos nutritivos e suficientes para levar uma vida saudável e digna

A desigual produção e distribuição de alimentos no mundo

Nos últimos 50 anos, a produção agrícola global sofreu um ligeiro aumento, apesar dos significativos contrastes na produção agrícola entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Sendo que nos países em desenvolvimento, com maior percentagem de população ativa a trabalhar no setor agrícola, apresenta, na sua maioria, uma baixa produtividade.



Figura 7: Fome na África

A produção de cereais e pecuária são bons indicadores para o estudo da capacidade produtiva de cada país e a cima disso, da capacidade que o país tem para alimentar os seus habitantes uma vez que os cereais são componentes básicos da alimentação de grande parte da população mais pobre, e a pecuária é também um recurso alimentar importante, cuja sua ingestão tem vindo a aumentar a nível mundial.

Em análise à notícia presente no Anexo 3- Notícia "Fome é causada pela má distribuição e não pela falta de alimentos" – DW, a população no nosso planeta tem vindo a aumentar todos os anos e não se consegue alimentar os atuais 7 bilhões. O problema não é a falta de alimentos, mas sim a sua má distribuição e a pobreza que é a principal causa da fome no nosso mundo. Além da pobreza, as crises mundiais também fazem aumentar o número de famintos, e atualmente, enfrentamos uma pandemia, que irá também trazer consequências económicas e sociais tanto nos países em desenvolvimento como nos países desenvolvidos. Nos países desenvolvidos verifica-se um aumento no desperdício de alimentos e nos países em desenvolvimento verifica-se a falta de alimentos. Então, se o problema é a má

distribuição como é que podemos combater? Algumas das soluções passam por um desenvolvimento rural e agrário, por mudar políticas agrícolas, por adotar uma alimentação mais saudável e sustentável, visando não desperdiçar comida, entre outras.

O Índice Global da Fome 2020 mostra que embora a fome tenha diminuído gradualmente em todo o mundo, desde 2000, em muitas regiões o progresso é demasiado lento e a fome continua a ser grave. Estas zonas são já altamente vulneráveis a um agravamento da insegurança alimentar e nutricional acentuada pelas crises sanitária, económica e ambiental de 2020.

Os resultados do Índice Global da Fome mostram que a fome está em níveis alarmantes em 3 países, sendo eles Chade, Timor-Leste e Madagáscar. Outros países, como Burundi, República Centro-Africana, Comores, República Democrática do Congo, Somália, Sul do Sudão, Síria e Iémen são, também, considerados como tendo níveis alarmantes de fome.

A pandemia da covid-19 e a consequente recessão económica, estão a agravar ainda mais a segurança alimentar e nutricional de milhões de pessoas, uma vez que se vêm juntar à fome causada por conflitos ou tragédias climáticas.

Com isto, é crucial melhorar a recolha de dados para obter uma imagem mais clara acerca da segurança alimentar e nutricional em cada país, para que as ações destinadas a eliminar a fome possam ser adaptadas da forma mais eficaz.

A desigualdade na produção e distribuição de alimentos é um problema complexo que afeta milhões de pessoas em todo o mundo. Enquanto algumas regiões têm acesso abundante a alimentos nutritivos, outras enfrentam escassez crônica e insegurança alimentar. Essa disparidade na disponibilidade de alimentos é influenciada por uma série de fatores, incluindo desigualdades económicas, políticas agrícolas, mudanças climáticas e conflitos.

Uma das principais causas da desigualdade na produção de alimentos é a distribuição desigual de recursos naturais, como terra arável, água e fertilizantes. Em muitos países em desenvolvimento, pequenos agricultores têm acesso limitado a esses recursos, enquanto grandes empresas agrícolas controlam a maior parte das terras e recursos produtivos. Isso resulta em uma produção agrícola concentrada em áreas privilegiadas, enquanto muitas comunidades rurais lutam para cultivar alimentos suficientes para alimentar suas famílias.

Além disso, políticas agrícolas inadequadas, como subsídios distorcidos, práticas de monocultura e falta de investimento em agricultura familiar, podem contribuir para a desigualdade na produção de alimentos. Essas políticas muitas vezes beneficiam grandes produtores e exportadores, em detrimento dos pequenos agricultores e comunidades locais.

A distribuição desigual de alimentos também é um problema significativo. Globalmente, existe uma rede complexa de comércio e transporte de alimentos que muitas vezes privilegia as economias mais desenvolvidas em detrimento das nações em desenvolvimento. Além disso, conflitos armados, desastres naturais e infraestrutura precária podem dificultar ainda mais o acesso a alimentos em muitas áreas.

A desigualdade na produção e distribuição de alimentos tem consequências profundas para a saúde e bem-estar das populações afetadas. A insegurança alimentar pode levar à desnutrição, aumento das taxas de doenças relacionadas à nutrição e perpetuação do ciclo de pobreza e exclusão social.

Para abordar essa desigualdade, são necessárias medidas tanto a nível nacional quanto internacional. Isso inclui o desenvolvimento e

implementação de políticas agrícolas mais justas e sustentáveis, investimentos em infraestrutura agrícola e sistemas de distribuição de alimentos mais equitativos. Além disso, a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento agrícola nos países em desenvolvimento são essenciais para reduzir a dependência de importações de alimentos e promover a segurança alimentar global.

A subnutrição nos países do Sul e a má nutrição nos países do Norte

O acesso à alimentação, necessidade básica do ser humano, mostra os grandes contrastes a nível mundial da fome e da má nutrição.

Apesar do consumo médio mundial situar-se perto das 2800 quilocalorias por pessoa, este número oculta as grandes desigualdades e contrastes entre países. Desigualdades essas que podemos ver, como por exemplo, entre a carência de alimentos e o excesso de alimentos. Atualmente, à escala mundial existem tantas pessoas sobrenutridas como subnutridas.

As regiões mais pobres registam um valor de calorias consumidas inferior a 1800 quilocalorias, nível a partir do qual passa a ser considerada uma situação de fome. As pessoas que vivem nestas regiões pobres vivem em áreas rurais e sobrevivem com o que as suas terras agrícolas oferecem, e devido ao seu tamanho ou a sua produtividade, não conseguem satisfazer as suas necessidades alimentares diárias.

	1990-92		2014-2016		2030	
	%	milhões	%	milhões	%	milhões
Países de rendimento elevado	≤ 5,0	32	1,6	23	1,1	16
Países de rendimento baixo e médio	29,7	978	13,2	775	9,3	637
Leste Asiático	28,2	432	11,1	233	7,8	175
Ásia do Sul	25,1	284	14,9	257	9,3	188
Próximo Oriente	14,5	20	6,5	33	4,7	29
América Latina	22,1	66	6,1	37	4,0	27
África Subsariana	45,9	173	23,2	213	17,4	216
Total Mundo	18,6	1011	11	797	7,9	653

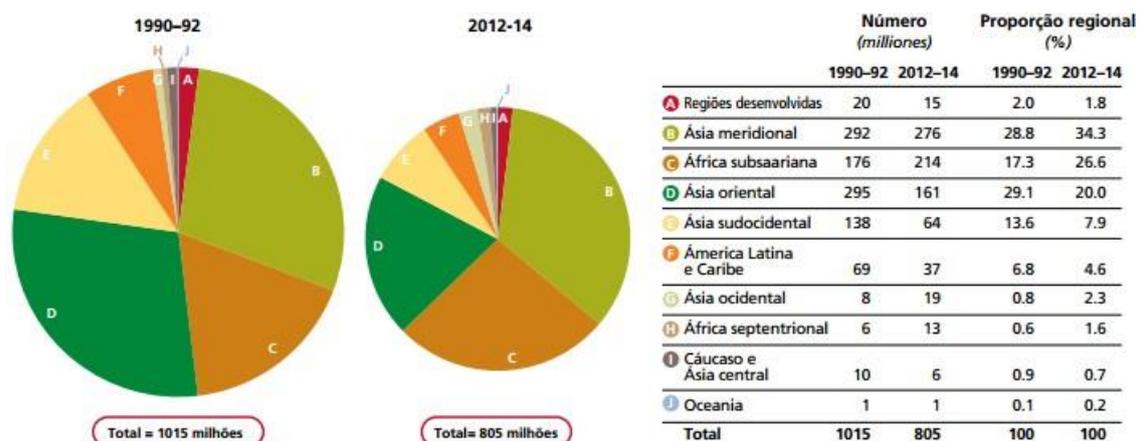
Fonte: FAO, 2015. Os dados regionais incluem dados e projeções de FAO, IFAD e PAM.

Tabela 1: Situação de Subnutrição no mundo, 1990-2030

rendimento	elevado	medio	baixo	inexistente
leste	30	22	15	1
latina	28	20	12	0
subsariana	27	21	13	2

A região mais preocupante, é a região da África Subsariana, local de inúmeros conflitos e desastres naturais, onde uma em cada quatro pessoas vive com fome. Como podemos verificar na Tabela 1- Situação de Subnutrição no mundo, 1990-2030, entre 2014 e 2016 23,2% da população encontra-se em situação de subnutrição, que apesar de ser uma percentagem inferior à registada entre 1990 e 1992 representa um aumento de aproximadamente 40 milhões de pessoas em situação de subnutrição e com previsão a aumentar até o ano de 2030.

A subnutrição é maior nos países de rendimento baixo e médio do que nos países de rendimento elevado. Em média, o predomínio da fome e subnutrição nos países de rendimentos baixos e médios é 9 vezes superior aos verificados nos países de rendimentos elevado, um forte demonstrador do contraste entre estes dois grupos de países. Assim, provoca um impacto enorme no desenvolvimento dos países, incluindo em termos económicos, onde as consequências económicas da malnutrição podem representar perdas anuais de cerca de 10% do PIB.



Nota: Nos gráficos de setores, cada setor é proporcional ao número total de pessoas subalimentadas no período correspondente. Todas as cifras foram arredondadas.
Fonte: FAO.

Figura 8: Gráfico 2- Distribuição da variável da fome no mundo: número e proporção de pessoas subalimentadas por região 1990-92

A situação de fome no mundo tem vindo a melhorar, segundo dados fornecidas pela Organização das Nações Unidas para a Comida e Agricultura (FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations), sendo que entre 1990 e 1992 eram 1015 milhões os indivíduos em situação de fome, número que reduziu para 805 milhões entre 2012 e 2014. Apesar desta melhoria há países/ regiões onde se verifica uma evolução contrária, como é o caso da África Subsariana e Setentrional e a Ásia Ocidental.

Têm sido feitas várias intervenções para melhorar a segurança alimentar e nutricional em países de baixo rendimento que têm mostrado bons resultados. Algumas das intervenções passam por escolas locais para agricultores e um programa de grupo de cuidados para mulheres e crianças; por fornecer suplementos às mulheres grávidas, por transferências de dinheiro ou vales de alimentos, entre outras intervenções. Os esforços feitos para erradicar a fome mundial são por vezes contrariados por conflitos e desastres naturais, como por exemplo, secas prolongadas, inundações e sismos.

Apesar disso, quando acontecem situações de fome temporárias causadas por desastres naturais, o papel das ONG- Organizações Não Governamentais- e da ajuda internacional tem sido vital para ajudar as regiões afetadas.

A subnutrição nos países do Sul e a má nutrição nos países do Norte representam dois lados de uma mesma moeda no desafio global da alimentação. Nos países do Sul, muitas pessoas enfrentam a subnutrição devido à falta de acesso a alimentos nutritivos em quantidade suficiente. Isso é frequentemente resultado de pobreza, desigualdade, conflitos e falta de infraestrutura para produção e distribuição de alimentos.

Por outro lado, nos países do Norte, a má nutrição é frequentemente associada ao acesso fácil a alimentos altamente processados, ricos em calorias vazias, açúcares e gorduras saturadas. A abundância de opções alimentares, muitas vezes promovidas por indústrias de alimentos e marketing agressivo, leva a problemas de saúde como obesidade, diabetes, doenças cardíacas e outras condições relacionadas à dieta.

Ambos os cenários destacam a necessidade urgente de políticas e ações que promovam uma alimentação saudável e sustentável em todo o mundo. Isso inclui investimentos em agricultura sustentável, acesso equitativo a alimentos nutritivos, educação nutricional, regulamentação de publicidade de alimentos e promoção de dietas equilibradas e culturalmente apropriadas.

Além disso, é crucial abordar as raízes estruturais da desigualdade que perpetuam a subnutrição nos países do Sul e contribuem para a má nutrição nos países do Norte. Isso requer um compromisso global com a justiça social, o desenvolvimento sustentável e a cooperação internacional para enfrentar os desafios relacionados à alimentação e nutrição em escala global.

Por outro lado, quando surgem situações de conflitos ou calamidades naturais, as consequências de fome são a longo prazo ou até mesmo permanentes, pondo em risco a segurança alimentar dessas regiões.

Hoje em dia, as ONG a nível mundial são muitas e apresentam dimensões muito diversas. Estas desempenham um papel muito importante na informação global da população em geral e na cooperação para o desenvolvimento das regiões mais carenciadas e mais pobres. Têm, por exemplo, ações de cariz humanitário ou ambiental em situações de conflito, de paz, de desastres, de assistência na saúde, de educação, ou de preservação ambiental.

Noutro ponto de vista, os países mais desenvolvidos como, por exemplo, Estados Unidos da América, uma parte dos países europeus, Líbia, Brasil e Austrália, registam um valor médio de calorias consumidas de 3000 quilocalorias por habitante, apesar das diferenças a nível interno. Entretanto, ao contrário dos países pobres, estes países deparam-se com o problema inverso, o consumo de calorias em excesso. Hoje em dia, surge uma nova epidemia, a obesidade e todos os seus problemas associados. A obesidade, atualmente é uma doença crônica que atinge indivíduos de todas as classes sociais e caracteriza-se pelo acumular excessivo de gordura no organismo, podendo desencadear vários outros problemas. Isto, tem sido consequência do grande desenvolvimento tecnológico, do aumento do consumo de calorias, das horas passadas à frente da televisão e a jogar vídeo jogos, das intensas campanhas de marketing de doces e fast food. Apesar da obesidade ser apenas associada aos países mais desenvolvidos, o número de casos tem aumentado nos países em desenvolvimento. Esta tendência trás muitas preocupações, pois estes países não têm condições de tratar as doenças crônicas que resultam da obesidade.

Ao ter em conta a notícia do Jornal Estado de Minas, do dia 8 de março de 2021, correspondente ao Anexo 2- Notícia "EUA: metade dos hospitalizados por covid eram obesos, segundo CDC" constatamos que um dos melhores exemplos desta epidemia, são os Estados Unidos da América, onde a percentagem de obesidade nos adultos é alarmante. Segundo uma notícia, uma equipa de cientistas médicos de prestígio projetou que, até 2030, quase um em cada dois adultos será obeso, e quase um em cada quatro será severamente obeso. Os principais culpados pela atual epidemia de obesidade nos Estados Unidos são a má alimentação e o sedentarismo. Os Estados Unidos são um país conhecido pelas suas famosas comidas fast food, e isso, se reflete nos hábitos alimentares da população.

A insegurança alimentar está presente na população americana, principalmente, nos mais pobres, onde os seus rendimentos são baixos e, por isso, consomem bastante fast food, por ser comida, normalmente, mais prática e barata. Nos dias de hoje, com esta situação de pandemia, a obesidade também está associada, sendo um alto fator de risco. Segundo a notícia em anexo, verifica-se que nos Estados Unidos da América metade dos hospitalizados por Covid-19 eram obesos. Se continuarmos a fazer o mesmo de sempre, o mundo não está no caminho para erradicar a má nutrição, mas há esperança. Investir no fim da má nutrição é um passo fundamental que um governo pode e deve dar. Para alcançar os principais objetivos globais de nutrição, os governos precisarão de multiplicar os seus investimentos e destinar melhor os recursos: Os governos e as empresas precisam de melhorar e tornar mais eficazes setores como, a agricultura, a educação, a saúde, os sistemas alimentares, a assistência social, o saneamento básico e higiene, só assim será alcançado um nível mais seguro em termos de saúde e alimentação.

A segurança alimentar e os OGM (Organismo Geneticamente Modificado)

Para alcançar a autossuficiência e poder competir com os países que apresentam custos de produção baixos, os países do Norte apoiaram o setor agrícola, atribuindo subsídios aos agricultores, o que constituiu um obstáculo à comercialização dos produtos agrícolas dos países do Sul; a integração dos alimentos transgênicos nos mercados mundiais, temos como exemplos de organismos geneticamente modificados o algodão, o arroz, a batata, a banana, o milho, o soja, o tomate, entre outros.

O cultivo de organismos geneticamente modificados (OGM) são uma das maiores preocupações na perda de biodiversidade na agricultura e na alimentação. Com o aparecimento e desenvolvimento dos OGM, surgiu também a globalização dos riscos e dos protestos dos cidadãos, onde surgiram ações de organizações nacionais, como a Plataforma Transgênicos Fora do Prato, e internacionais como a Greenpeace.

Em setembro de 2004 foi aceito pela primeira vez, pela Comissão Europeia, a comercialização e a cultura de sementes geneticamente modificadas e, para que possam ser comercializados, os OGM têm que passar por um rigoroso processo de avaliação, sendo obrigatório o cumprimento das normas relativas aos rótulos e aos produtos.

Então no futuro existem dois grandes desafios ao nível alimentar sendo nos países em desenvolvimento, acabar com a fome e nos países desenvolvidos, promover uma dieta racional e saudável.

No que diz respeito aos OGM, como tudo, tem os seus prós e contras:

Prós dos Organismo Geneticamente Modificado

- **Colheitas mais numerosas:** Auxílio na alimentação dos países menos desenvolvidos, onde o rendimento das culturas é muito inferior ao seu potencial.
- **Menos pesticidas:** Na cultura do algodão, o inseticida incorporado reduziu de forma significativa a aplicação de inseticidas. As plantas resistentes aos herbicidas podem contribuir para a conservação do solo.
- **Melhor nutrição:** Os alimentos com baixos teores de proteínas e vitaminas podem ser melhorados. É possível retirar os alergénios e as toxinas naturais a outros.

Contras dos Organismo Geneticamente Modificado

- **Fluxos genético:** As culturas modificadas podem transmitir os novos genes às variedades selvagens afins.
- **Perigo colateral:** As culturas geneticamente modificadas podem acelerar o aparecimento de insetos resistentes às toxinas biotecnológicas.
- **Efeito na saúde:** Poderá ocorrer introdução de alergénios nos alimentos.

(Informação retirada do documento 48, página 282 do manual de Geografia C 12ºano)

A segurança alimentar e os Organismos Geneticamente Modificados (OGM) são tópicos frequentemente discutidos devido às suas interseções complexas. A

segurança alimentar refere-se à disponibilidade, acessibilidade e adequação nutricional dos alimentos para garantir uma dieta saudável e sustentável para todos. Por outro lado, os OGM são organismos cujo material genético foi alterado de uma forma que não ocorre naturalmente através de métodos de reprodução tradicionais.

Há diferentes perspectivas sobre como os OGM impactam a segurança alimentar: **Potencial para aumentar a produção de alimentos:** Os defensores dos OGM argumentam que eles têm o potencial de aumentar a produtividade agrícola, melhorando a resistência a pragas, doenças e condições climáticas adversas. Isso poderia ajudar a aumentar a disponibilidade de alimentos, especialmente em áreas onde a produção é desafiada por fatores ambientais. **Acesso a alimentos nutritivos:** Alguns tipos de culturas OGM foram projetados para ter maior valor nutricional, como arroz dourado, que foi geneticamente modificado para produzir beta-caroteno, uma fonte de vitamina A. Isso poderia ajudar a abordar deficiências nutricionais em comunidades onde certos nutrientes são escassos na dieta. **Preocupações sobre saúde e meio ambiente:** No entanto, muitos críticos dos OGM levantam preocupações sobre os potenciais impactos na saúde humana e no meio ambiente. Estas preocupações incluem o potencial de alergenicidade, toxicidade e efeitos adversos não intencionais dos alimentos GM, bem como a contaminação genética de culturas não-GM e a perda de biodiversidade. **Acesso e controle corporativo:** Além disso, há preocupações sobre o controle corporativo sobre as sementes e a agricultura, já que muitas empresas de biotecnologia detêm patentes sobre sementes geneticamente modificadas. Isso levanta questões sobre a soberania alimentar e o acesso equitativo a recursos agrícolas. Em resumo, a relação entre segurança alimentar e OGM é complexa e multifacetada. Enquanto os OGM têm o potencial de contribuir para a segurança alimentar global, é crucial abordar preocupações legítimas sobre saúde, meio ambiente e justiça social. Isso requer uma abordagem equilibrada que leve em consideração os benefícios potenciais dos OGM, ao mesmo tempo em que implementa regulamentações robustas para mitigar riscos e garantir que as decisões relacionadas à biotecnologia agrícola sejam baseadas em evidências científicas sólidas e em princípios de precaução.

Pobreza e saúde

As desigualdades no acesso à saúde

Os anos passam e continuam a ser milhões as pessoas que não têm acesso aos serviços de saúde que necessitam. Mesmo que haja constantemente um desenvolvimento positivo no que diz respeito à medicina e no desenvolvimento de medicação, estes serviços ainda não chegam a toda a população como deveriam. Os países que mais sofrem são os mais pobres e quando não existe um sistema nacional de saúde que apoie a população nas suas necessidades, neste setor, a população que tenta pagar estes serviços necessários para a sua saúde acabam, muitas vezes, por ficar abaixo do limiar da pobreza, sendo que este número aproxima-se dos 100 milhões de pessoas.

Com a falta de cuidados medicinais vem conseqüentemente um aumento da mortalidade. Esta situação poderia ser combatida com a vacinação de crianças das vacinas necessárias para as doenças mais fatais das regiões de grande pobreza. Infelizmente não é o que acontece sendo que de acordo com algumas pesquisas, dos anos 2000 a 2013, 21.8 milhões de crianças não foram vacinadas devidamente. Por causa desta não vacinação, que poderia evitar tantas doenças, morrem cerca de 1 milhão de crianças por ano devido a sarampo, doença essa que é muito desvalorizada noutros países, pela simples razão de que nestes a vacina contra o sarampo é dada e é rotineira, o que dificilmente causa morte, tal como muitas outras vacinas preventivas.

Uma prova destas desigualdades medicinais em diferentes regiões, é o facto de que nos países em desenvolvimento quase 4 a cada 10 mortes são de crianças (maioritariamente com doenças infecciosas), e nos países desenvolvidos 7 em cada 10 mortes são de pessoas com 70 ou mais anos.

Tal como são aplicadas restrições nos dias de hoje devido ao Covid-19, uma outra medida que poderia ser aplicada para baixar o número de mortes, era o controlo de circulação da população para que as doenças tão fatais destes países não fossem contagiadas de umas regiões para as outras.

Para além do sarampo outras das 3 doenças mais mortais são a SIDA, a tuberculose e malária, sendo que o Conselho de Segurança das Nações Unidas considerou uma grande ameaça para a segurança pública e assim foi criado um fundo mundial para a ajuda da luta contra estas doenças.

De acordo com algumas pesquisas, para além do número de mortes derivadas a estas doenças sejam imensas, nos últimos anos estas mortes diminuíram para metade, no entanto todo o cuidado é pouco, até porque os números começam a aumentar novamente à medida que, por exemplo, no caso da malária, os mosquitos ganham uma nova resistência aos tratamentos e o problema começa a surgir novamente.

Existem muitos outros motivos pelos quais estas doenças ainda não foram travadas. Como podemos saber, nestas regiões existe uma grande instabilidade política e muitos conflitos.

Os OGM são organismos cujo material genético foi alterado em laboratório para conferir características específicas, como resistência a pragas ou maior valor nutricional. Há quem argumente que eles podem ajudar a aumentar a produção de alimentos e a tornar culturas mais nutritivas, o que poderia melhorar a segurança alimentar.

No entanto, existem preocupações sobre os potenciais impactos na saúde humana e no meio ambiente. Além disso, há preocupações sobre o controle corporativo sobre as sementes e a agricultura, o que pode afetar a soberania alimentar e o acesso equitativo aos recursos agrícolas.

Em resumo, a questão dos OGM é complexa. Embora possam oferecer benefícios, é importante abordar cuidadosamente preocupações legítimas sobre saúde, meio ambiente e justiça social ao decidir sobre seu uso. Isso significa garantir que regulamentações adequadas estejam em vigor para proteger a saúde e o meio ambiente e promover o acesso equitativo aos alimentos.

A segurança alimentar é um conceito que aborda a disponibilidade, acessibilidade e adequação dos alimentos para garantir que todas as pessoas tenham acesso a uma dieta nutritiva e saudável que atenda às suas necessidades nutricionais. É um direito humano fundamental e um componente essencial para o bem-estar físico, mental e social de uma população.

Disponibilidade de alimentos: Refere-se à quantidade total de alimentos disponíveis em uma determinada região ou país. Isso inclui a produção agrícola local, bem como a capacidade de importar alimentos de outras regiões para atender às necessidades da população.

Acesso a alimentos: Envolve a capacidade das pessoas de obterem alimentos de maneira consistente e acessível. Isso inclui questões de renda, preços dos alimentos, infraestrutura de transporte e distribuição, bem como acesso a mercados e redes de segurança alimentar.

Para além disto a qualificação medicinal nestas regiões são baixas e em países mais pobres os medicamentos tem um preço mais elevado no que nos países desenvolvidos, isto porque as patentes impedem que medicamentos inovadores sejam produzidos com preços acessíveis. A partir deste último facto gera-se um novo contraste entre as próprias regiões dos países em desenvolvimento sendo que a pequena parte da população que pode pagar estes custos maiores, acede imediatamente à medicina privada conseguindo os medicamentos e tratamentos necessários. A Organização Mundial do Comércio procurou regularizar esta situação de desigualdades, no entanto as grandes ETN farmacêuticas continuam a estabelecer muitos contrastes e demasiados privilégios apenas para algumas regiões onde distribuem os seus medicamentos. Outro aspeto que pode favorecer o número de mortes e a maior propagação destas doenças é o surgimento do Covid-19. A preocupação e os maiores cuidados com a nova pandemia estão a opor-se aos tratamentos e ao fornecimento de medicação que são necessários para controlar as outras doenças, o que pode aumentar cada vez, o que já tem vindo a acontecer. É necessário referir também que muitas das mortes que estão a ser contabilizadas por Covid-19 nestes países mais pobres, não estão a ser contabilizadas como mortes de malária, tuberculose ou SIDA, sendo assim, mesmo que tenha sido essa a causa da morte, como o doente estava infetado com o novo vírus o número de mortes por alguma das três doenças não é visto com uma maior importância. Já nestes aspetos podemos observar os grandes contrastes existentes em relação aos países em desenvolvimento e aos países desenvolvidos, sendo que nos últimos referidos estas situações de deixar tratamentos tão importantes para trás não acontece.

As medidas para melhorar o acesso à saúde

Sabemos que os países mais pobres são muitas vezes impossibilitados de evoluírem positivamente devido às grandes dívidas externas que tem acumuladas, e para além da

pobreza não ser o único fator que influencia o acesso à saúde, a verdade é que é um grande entrave para este problema, assim como o desenvolvimento do próprio país. Assim é necessário que haja uma maior entrega e uma maior atenção da comunidade internacional.

Uma das mais importantes atuações a nível de prevenção e consequência destas causas, foram as ONG. Estas tem apostado na melhoria destes acontecimentos com estratégias de captação e tratamento de águas, tal como a construção de escolas, uma maior aposta em formação de professores, fazendo campanhas de educação sexual, entre outras.

Para o caso de emergências, como acontecem muitas vezes guerras ou doenças graves que tem de ser de imediato socorridas, foram construídos novos postos para estes serviços de mais urgência. Estes pequenos grandes gestos são de grande importância quando muitas mortes de tão jovens seres poderiam ser evitadas. Melhorar o acesso à saúde é fundamental para garantir que todos os indivíduos tenham a oportunidade de receber cuidados médicos adequados, independentemente de sua condição socioeconômica, localização geográfica ou outros fatores. Abaixo estão algumas medidas importantes que podem ser adotadas para melhorar o acesso à saúde:

Cobertura Universal de Saúde (CUS): Implementar sistemas de saúde que ofereçam cobertura universal é essencial. Isso significa que todos os cidadãos devem ter acesso a serviços de saúde essenciais sem enfrentar barreiras financeiras. Isso pode ser alcançado através de seguros de saúde públicos ou privados, subsídios governamentais, ou uma combinação de ambos.

Expansão da infraestrutura de saúde: Construir e expandir instalações de saúde em áreas remotas e desatendidas é crucial para garantir que todos tenham acesso aos serviços médicos de que necessitam. Isso inclui a construção de hospitais, clínicas de saúde primária e centros de saúde comunitários em áreas rurais e urbanas subatendidas.

Promoção da telemedicina: A telemedicina pode ser uma ferramenta poderosa para melhorar o acesso à saúde, especialmente em áreas onde os serviços médicos são escassos. Através da telemedicina, os pacientes podem se conectar com profissionais de saúde remotamente para consultas, diagnósticos e acompanhamento de tratamentos.

Redução de custos: Reduzir os custos dos serviços de saúde é fundamental para garantir que as pessoas possam acessá-los sem enfrentar ônus financeiros excessivos. Isso pode incluir a redução de taxas de consultas médicas, o fornecimento de medicamentos a preços acessíveis e a implementação de subsídios para cuidados de saúde preventivos.

Educação em saúde: Promover a educação em saúde é essencial para capacitar as pessoas a tomarem decisões informadas sobre sua saúde e buscar cuidados quando necessário. Isso pode incluir campanhas de conscientização sobre questões de saúde, programas de educação sexual e reprodutiva, e a promoção de hábitos de vida saudáveis.

Incentivos para profissionais de saúde: Oferecer incentivos, como bolsas de estudo, salários competitivos e condições de trabalho adequadas, pode ajudar a atrair e reter profissionais de saúde qualificados em áreas onde são mais necessários.

Combate às disparidades de saúde: Identificar e abordar as disparidades de saúde entre diferentes grupos populacionais é essencial para garantir que todos tenham acesso igualitário aos cuidados de saúde. Isso pode incluir a implementação de políticas específicas para grupos marginalizados, como minorias étnicas, pessoas com deficiência e populações LGBTQ+.

Ao implementar essas medidas e outras estratégias para melhorar o acesso à saúde, podemos trabalhar em direção a um sistema de saúde mais equitativo e inclusivo, onde todas as pessoas tenham a oportunidade de alcançar e manter um estado de saúde ótimo.

Em conclusão, melhorar o acesso à saúde é uma questão fundamental para promover a equidade e o bem-estar de toda a população. Ao adotar medidas como a cobertura universal de saúde, a expansão da infraestrutura médica, a promoção da telemedicina, a redução de custos e o combate às disparidades de saúde, podemos avançar na direção de um sistema de saúde mais justo e inclusivo. Garantir que todos tenham acesso igualitário aos serviços médicos essenciais não é apenas uma questão de direitos humanos, mas também é fundamental para construir comunidades saudáveis e prósperas.

Conclusão

Ao longo deste trabalho o grupo focou-se na questão relacionada ao que é “Um Mundo de Contrastes”, mais especificamente no subtema “Um acesso desigual ao desenvolvimento”.

O mundo em vivemos é considerado cada vez mais solidário, coeso e global, mas os contrastes saltam á vista de todos. A fome e pobreza são conceitos globais, mas que não são, de todo, simétricos, daí surgem contrastes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e entre os próprios grupos de países e regiões.

O contraste avassalador entre as grandes potências e os países mais pobres, como temos vindo a desenvolver ao longo dos últimos trabalhos, deixou o nosso mundo cada vez mais fragmentado. Este fosse entre ricos e pobres tem vindo a agravar-se na maioria do mundo devido às crescentes assimetrias na distribuição dos recursos, à má distribuição e aproveitamento dos rendimentos; à lógica do mercado capitalista entres outros.

O conceito de pobreza evolui na medida em que com o passar das décadas o foco saiu exclusivamente da questão monetária e necessidades mínimas da população e se alargou à preocupação de uma melhor qualidade de vida e ao equilíbrio da questão psicológica e monetária, o que levou a novas medidas de combate à pobreza. Nós como seres humanos não precisamos só de uma cama, comida e roupa lavada e cada vez, felizmente, a sociedade começa a ganhar consciência dessa parte humana, que vai para além do rendimento de cada um.

A pobreza, o emprego, a fome, a exclusão social, a saúde publica não são conceitos que se implicam diretamente, mas que estão sem dúvida interligados. Uma pessoa desempregada tem mais tendência para uma situação de pobreza, que conduz á fome, saúde e exclusão social.

Os países mais ricos estão numa situação de crescente obesidade, ou seja, sobrenutrição, por sua vez os países mais pobres debatem-se com um problema relacionado com a subnutrição e ausência de condições de saúde de grande parte da população que não consegue lidar com os encargos da alimentação e saúde.

Num mundo tão contrastado e fragmentado como o nosso a solidariedade tem de ser a palavra de ordem, cabe às grandes potências, países ricos e ONG's o papel da linha da frente, o que não invalida a contribuição que cada um deve dar no seu quotidiano. Nascemos diferentes mas todos com direitos iguais, por isto é importante lutar pela equidade no mundo.

Anexos

Anexo 1- Fosso entre ricos e pobres reduziu-se em 2018, segundo o Eurostat- Expresso

Fosso entre ricos e pobres reduziu-se em 2018, segundo o Eurostat

Portugal permanece como um dos países mais desiguais nos rendimentos da União Europeia. Espanha e Grécia são ainda mais desiguais.

O fosso entre ricos e pobres em Portugal baixou, em 2018, para 5,22 pontos, menos do que os 5,7 registados no ano anterior. Ainda assim, a desigualdade em Portugal é a sexta maior da União Europeia (UE), de acordo com os dados divulgados esta quinta-feira pelo gabinete de estatísticas Eurostat.

As amostras do Eurostat têm por base 20% dos rendimentos mais altos os 20% dos mais baixos da população de cada país da UE:

No caso de Portugal, o valor registado em 2018 (5,22) coloca o país no sexto lugar da lista da UE, Com maiores desigualdades nos rendimentos surgem a Bulgária (7,66), Roménia (7,2), Letónia (6,8), Espanha (6,03) e Grécia (5,5).

Em 2017, o valor registado em Portugal (5,7) tinha ficado, também, acima da média comunitária, que se fixou em 5,2. Tal como em 2017, as desigualdades em Portugal foram maiores no caso dos homens (5,29) do que nas mulheres (5,15).

No polo oposto, República Checa. Eslovénia (3,4 em ambos), Finlândia (3,5), Eslováquia (3,5) e Bélgica (3,8) surgem como os mais equilibrados nos rendimentos.

Anexo 2- Fosso entre ricos e pobres está a aumentar, mas é menor na Europa- Público

[Fosso entre ricos e pobres está a aumentar, mas é menor na Europa | Desigualdades | PÚBLICO \(publico.pt\)](#)

Fosso entre ricos e pobres está a aumentar, mas é menor na Europa

Relatório que avaliou a desigualdade económica no mundo também conclui que, para aqueles acima dos 50% mais pobres e abaixo dos 1% mais ricos, não houve grandes alterações nos rendimentos desde 1980

Os ricos estão mais ricos e os pobres estão um pouco menos pobres. É uma das conclusões a que chegou o grupo de investigadores que produziu o World Inequality Report 2018, um trabalho do World Inequality Lab, associado à Paris School of Economics.

A metade mais pobre dos indivíduos viu o seu rendimento crescer “significativamente” nas últimas décadas. Mas por causa da elevada desigualdade, a porção detida pelos mais ricos (1% da população) cresceu duas vezes mais do que a dos 50% mais pobres, entre 1980 e 2016. Quanto aos que estão entre os 50% mais pobres e os 1% mais ricos, o crescimento foi lento e sem grandes alterações.

O Médio Oriente, a Índia, a África Subsariana e a América do Norte são as regiões mais desiguais. A Europa, por sua vez, é aquela onde a diferença entre ricos e pobres, apesar de existir, é menor.

Os 10% mais ricos do Médio Oriente retêm 61% do total dos rendimentos nacionais. Na Europa, por sua vez, estes 10% ficam com uma menor fatia do rendimento global, cerca de 37%.

As diferenças entre a Europa e os Estados Unidos, que em 1980 apresentavam aproximadamente os mesmos níveis de desigualdade, eram particularmente extremas em 2016. Enquanto os mais ricos nos Estados Unidos passaram a deter cerca de 20% da riqueza (em oposição aos 12% de 1980), os mais ricos da Europa passaram dos 10% para os 12%.

O fenómeno na Europa deve-se às políticas de educacionais e de fixação de salários, “relativamente mais favoráveis aos grupos com rendimentos baixos e médios”. Apesar de tudo, em ambas as regiões, a desigualdade entre homens e mulheres continua particularmente evidente entre os mais ricos, frisa o relatório.

[A este ritmo, o futuro não será melhor](#)

“As nossas projecções mostram que, se a desigualdade em cada país continuar a aumentar, como tem acontecido desde 1980, então também vai subir abruptamente ao nível global. A fatia dos 1% mais ricos pode aumentar de quase 20% para mais de 24% até 2050”, dizem os autores do relatório.

Porém, se todos seguissem a trajectória seguida pela Europa, os 1% mais ricos iriam passar a deter uma fatia menor da riqueza em 2050.

No geral, cada região e grupo de países apresenta tendências muito diversas que têm a ver com contextos e políticas distintas. Posto isto, os autores do estudo concluem: “Não há nenhuma inevitabilidade por trás do aumento da desigualdade económica.”

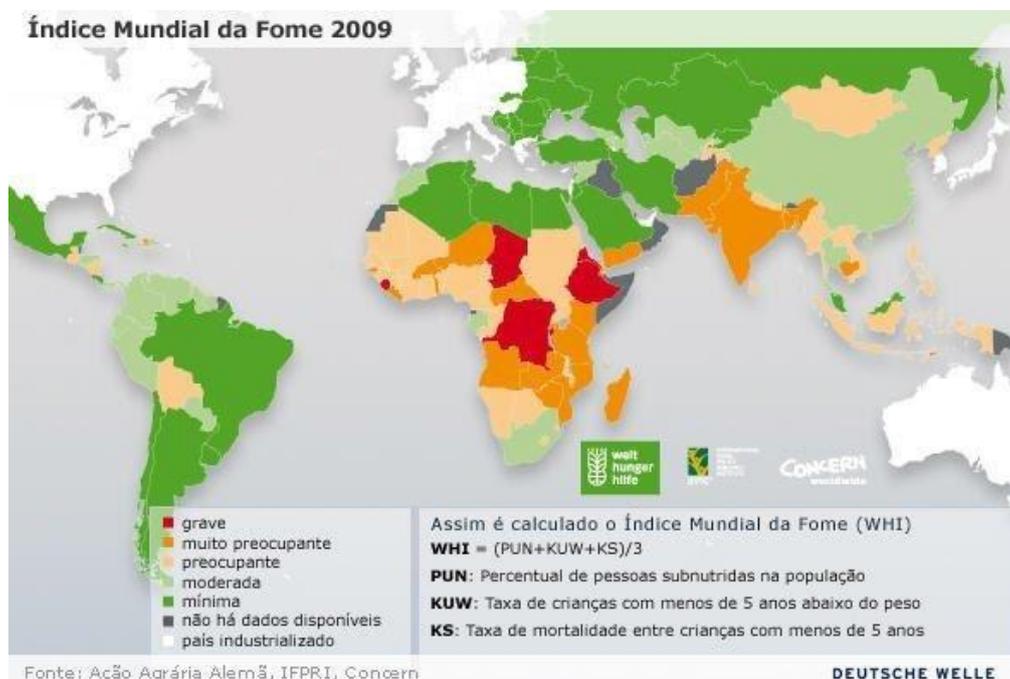
Fome é causada pela má distribuição e não pela falta de alimentos

Em 2050, a população da Terra deverá chegar a 9 bilhões de pessoas. Já hoje não se consegue alimentar os atuais 6 bilhões. Especialistas alertam que será preciso encontrar novas concepções para lidar com o problema.

Se em 2008 o número de vítimas da fome no mundo havia sido reduzido para menos de 1 bilhão, já em junho de 2009 essa marca foi ultrapassada. Neste ano, o número de famintos aumentou em 150 milhões. Muitas das soluções encontradas em certos países em desenvolvimento não dão mais conta do crescimento populacional.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) já tinha reconhecido há 20 anos que "o problema não é tanto a falta de alimentos, mas a falta de vontade política". Como a pobreza é o principal causador da fome, esta diminui em países que empreendem políticas capazes de gerar empregos e renda. Em contrapartida, onde há ditaduras e despotismo, há fome e morte por inanição.

Além disso, nos últimos anos, houve logo três crises que fizeram aumentar o número de famintos no chamado Terceiro Mundo. De 2007 a 2008, os custos extremamente altos de alimentos provocaram um aumento da fome. Mal os preços haviam baixado novamente, tais países foram atingidos pela crise financeira e pela recessão global, que provocou um colapso das exportações. A isso, somam-se as secas e más colheitas causadas pela mudança climática.



Desenvolvimento era sinônimo de industrialização

No entanto, há suficiente alimento no mundo para o sustento diário de todos os habitantes do planeta, afirma Benedikt Haerlin, da fundação Zukunftsstiftung Landwirtschaft, que apoia projetos ecológicos e sociais no setor agrícola.

"Hoje produzimos alimentos demais. Muito mais do que seria necessário para alimentar a população atual, sendo que ainda nem estamos perto de esgotar o potencial da alimentação direta. E, para pequenos produtores rurais, dobrar a produção custa pouco", argumenta Haerlin, que participou da elaboração do Relatório Internacional sobre Ciência e Tecnologia Agrícolas para o Desenvolvimento de 2008.

O desenvolvimento rural e agrário esteve por muito tempo fora de moda. Desenvolvimento era sinônimo principalmente de industrialização, exportação e urbanização. Hoje, mais da metade da população mundial vive em cidades – e, aos poucos, percebe-se que todos precisam comer e que nas cidades nada se planta.

Isso se reflete também na ajuda ao desenvolvimento. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) passaram a conceder empréstimos para o desenvolvimento agrário.

Problema não é a quantidade

"Se temos 1 bilhão de pessoas que passam fome por não ter dinheiro para comprar comida e outro bilhão de clinicamente obesos, alguma coisa está obviamente errada", alerta Janice Jiggings, do Instituto Internacional para Meio Ambiente e Desenvolvimento em Londres. "O sistema agrário saiu do controle e, no futuro, não estaremos mais em condições de nos alimentar de forma pacífica e civilizada. Precisamos mudar todo o sistema. O consumidor já nota isso e, aos poucos, os políticos também."

Utilizar adubo artificial em solo ressecado a fim de duplicar a produção agrária não é a solução. Atualmente, a agricultura já é uma das atividades que mais prejudicam o meio ambiente, não apenas sob o aspecto do desmatamento em favor de plantações

Utilizar adubo artificial em solo ressecado a fim de duplicar a produção agrária não é a solução. Atualmente, a agricultura já é uma das atividades que mais prejudicam o meio ambiente, não apenas sob o aspecto do desmatamento em favor de plantações e monoculturas, mas também porque a agricultura industrial contribui consideravelmente para a emissão de gases-estufa na atmosfera.

"A ideia de que somos cada vez mais numerosos e por isso precisamos produzir mais é equivocada. Precisamos é produzir melhor. Menos da metade dos grãos hoje em dia é destinada à alimentação, enquanto a maior parte serve para fabricar rações animais, biocombustíveis e outros produtos industriais.", explica Haerlin. "Aí fica claro que o problema não é se somos ou não materialmente capazes de produzir mais, e sim se há comida suficiente lá onde é necessária."

Menos desperdício

Já hoje existe mais comida que o necessário, garante o diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), Achim Steiner. E sem cultivar um quilômetro quadrado que seja a mais, seria possível alimentar toda a população do planeta.

"Ao mesmo tempo em que temos uma crise de alimentos, jogamos fora 30% a 40% dos alimentos produzidos. Ao invés de nos perguntarmos onde podemos encontrar mais terra para cultivar ou se será preciso plantar na Lua, deveríamos olhar para o nosso quintal. Temos que encontrar estímulos financeiros para evitar que se jogue comida fora", conclui.

Anexo 4- Notícia "EUA: metade dos hospitalizados por covid eram obesos, segundo CDC"

[EUA: metade dos hospitalizados por covid eram obesos, segundo CDC - Internacional - Estado de Minas](#)

EUA: metade dos hospitalizados por covid eram obesos, segundo CDC

A obesidade está ligada a quadros mais graves da covid-19, incluindo um maior risco de hospitalizações, segundo estudo do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC, na sigla em inglês) dos Estados Unidos. A obesidade foi descrita como fator de "alto risco" para a doença, que identificou que 50,8% das pessoas hospitalizadas no país estavam acima dos parâmetros de peso utilizados como referência. Segundo o CDC, a obesidade é comum nos EUA, e afeta 42,4% dos adultos americanos.

Quando observadas pessoas meramente acima do peso, a porcentagem de internações ficou perto de 78%. O estudo analisou adultos entre março e dezembro de 2020, com 148.494 pessoas em 238 hospitais nos EUA. A conclusão foi de que o "sobrepeso e a obesidade foram fatores de risco para ventilação mecânica invasiva", com a segunda representando possibilidade maior de hospitalização e morte, principalmente entre adultos

maiores de 65 anos. Além da vacinação e o uso de máscaras, o CDC recomendou a adoção de políticas que apoiem comportamentos mais saudáveis.

WebGrafia

- “Geografia C -12º” – Manual, Editora Plátano
- <https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/colunistas/detalhe/acabar-com-a-pobreza-e-possivel-enfrentando-as-desigualdades-entre-paises>
- <https://observador.pt/2021/04/12/a-pobreza-em-portugal-quase-20-das-pessoas-sao-pobres-e-um-em-cada-tres-pobres-tem-emprego-estavel/>
- http://www.seq-social.pt/documents/10152/63739/revista_pretextos_29/6e61eacb-bb23-4528-86db-f4bfd56d6743
- <https://www.gee.gov.pt/pt/indicadores-diarios/ultimos-indicadores/29241-eurostat-desigualdade-no-rendiment>
- https://prezi.com/p/jneji5eo9_37/desigualdades-de-desenvolvimento/?frame=3a728dac67b00a191c5d003e25798d555c2d3a8d
- [hdr_2020_overview_portuguese.pdf \(undp.org\)](#)
- [EconomicaMente: Índice de Pobreza Humana \(IPH\) \(economicamente12.blogspot.com\)](#)
- [SIC Notícias | Há um fosso cada vez maior entre ricos e pobres \(sicnoticias.pt\)](#)
- [Risco de pobreza manteve-se mas aumentou nos idosos e desempregados \(noticiasaominuto.com\)](#)
- [PORDATA - População em risco de pobreza ou exclusão social: total e por grupo etário \(%\)](#)
- <https://prezi.com/qlizwht8twrs/o-mundo-de-contrastes-fome-e-ma-nutricao-e-pobreza-e-saude/>
- <https://www.nsctotal.com.br/noticias/em-dez-anos-quase-50-por-cento-dos-americanos-serao-obesos>
- [file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/Portugese_full_report%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/Portugese_full_report%20(2).pdf)
- <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.globalhungerindex.org/pdf/pt/2020.pdf&ved=2ahUKEwj0scX5tlzwAhUREcAKHVZOBm4QFjAAegQIAxAC&usq=AOvVaw1YZNSyCekeAcoSot1jYHun>
- [Eurostat - Desigualdade no Rendimento - GEE](#)
- [ChatGPT \(openai.com\)](#)

